



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ANDREZA MICHELLA CARDOSO NERY

LUTAS E RELAÇÕES DE GÊNERO: um estudo da produção do Mestrado
Profissional em Educação Física em Rede Nacional

RECIFE

2025

ANDREZA MICHELLA CARDOSO NERY

**LUTAS E RELAÇÕES DE GÊNERO: um estudo da produção do Mestrado
Profissional em Educação Física em Rede Nacional**

**Monografia apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
título de licenciada em Educação Física
pela Universidade Federal Rural de
Pernambuco - UFRPE.
Orientadora Prof^ª. Dra. Maria Helena
Câmara Lira**

RECIFE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

N443l Nery, Andreza Michella Cardoso.
Lutas e relações de gênero: um estudo da produção do
mestrado profissional em educação física em rede nacional
/ Andreza Michella Cardoso Nery. - Recife, 2025.
53 f.; il.

Orientador(a): Maria Helena Câmara Lira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura
em Educação Física, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências.

1. Educação física. 2. Relações de gênero. 3. Lutas. 4.
ProEF 5. Coeducação. I. Lira, Maria Helena Câmara, orient.
II. Título

CDD 613.7

ANDREZA MICHELLA CARDOSO NERY

Aprovada em de de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Orientadora Maria Helena Lira

Profª Andréa Carla de Paiva
Profª. Examinadora I

Profª Erika Suruagy
Profª. Examinadora II

Às mulheres da minha vida.
E para todas as pessoas que eu amo.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é para minha mãe, cujo nome é Ivana e que, para mim, é sinônimo de amor, segurança, companheirismo, dedicação, amizade e entre outros tantos adjetivos que podem até tentar descrever o quanto esta mulher é importante, mas que só representam apenas 1% de sua magnitude e grandeza. Ela é o meu incentivo diário, a minha força de continuar nos momentos mais difíceis desta graduação, minha inspiração de mulher... Sua determinação me motiva a ser uma pessoa melhor, a prosseguir sonhando e realizando nossos sonhos.

A meu pai, seu nome é Wellington, e seu cuidado em me levar na parada de ônibus todos os dias às 4:15 da madrugada e me esperar de noite para me proteger, me fazem ter certeza de como é ser amado de verdade. Ele é um dos motivos que me fizeram concluir esta licenciatura, sempre ao meu lado me incentivando a continuar.

Ao meu irmãozinho Thomaz, o amor da minha vida. Aquele que sempre me abraça quando eu chego em casa, que sempre me dá um beijo de boa noite e que sempre fala que me ama infinito. Ele também é a minha força e minha motivação diária. Ele é o meu maior sonho realizado.

A minha avó Maria, que se emociona toda vez que eu conquisto algo. Que sempre lutou pela nossa família. Uma mulher guerreira e de fé, que desafiou a todos e a todas para criar suas filhas, seu filho, suas netas e seus netos.

As minhas primas, que tanto ficaram ao meu lado em momentos difíceis e felizes. Espero vocês também aqui.

As minhas tias, meus amigos e minhas amigas que sempre me incentivaram.

A minha orientadora, Maria Helena, por me mostrar a coeducação, aos ensinamentos durante a minha jornada acadêmica e as orientações desta pesquisa que me fizeram concluir com dedicação esta etapa.

Aos meus e minhas colegas de turma que tornaram essa caminhada mais leve e engraçada.

Às professoras, Andréa Carla de Paiva e Erika Suruagy, por fazerem parte desta banca e por todas as contribuições na minha vida acadêmica durante a graduação e para esta pesquisa.

A UFRPE, que me acolheu de várias maneiras.

A Capes/PIBID, por proporcionar essa experiência extremamente importante e enriquecedora aos/as discentes de licenciatura.

Ao Instituto Menino Miguel, por ter gerenciado o projeto de extensão de judô, Esporte e Cidadania. A sensei Jemima e o sensei Gilson, por me proporcionarem mais conhecimentos e a realização do meu exame de faixa verde.

A todas as professoras desta graduação, pelo compartilhamento de saberes e contribuições valiosas que me fizeram amar a Educação e a Educação Física.

A todas as mulheres importantes da minha vida que me fizeram chegar aonde eu estou: colaborando com a minha formação humana, com meu conhecimento, me amando, me apoiando, que lutou durante anos em prol aos direitos femininos e que está ao meu lado todos os dias.

“Te amo infinito...
Que nunca acaba.”

– Thomaz Nery

RESUMO

A educação feminina, alguns séculos atrás, era considerada inadequada e promíscua, pois para aquela sociedade, os direitos das mulheres eram significativamente reduzidos a serem esposas, mães e donas de casa. E, quando elas conseguiram este direito, o currículo das meninas eram diferentes dos meninos, reduzindo as atividades domésticas. No entanto, atualmente temos uma educação mista de ensino amplamente difundida nas escolas e, apesar de ser uma conquista, não é o suficiente para um ensino igualitário, porque ainda se tem a separação dos/as estudantes de acordo com as atividades apresentadas, como a unidade temática lutas que para o senso comum é uma prática masculina. Com isto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as relações de gênero no ensino da unidade temática lutas na Educação Física escolar a partir de dissertações encontradas nos repositórios das Instituições de Ensino Superior que fazem parte do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF). Sendo assim, este estudo é uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa onde o principal meio de análise foi a leitura das produções deste mestrado profissional e seus recursos educacionais a partir de 3 categorias de análise definidas: os limites e as possibilidades do debate de gênero na unidade temática lutas; o referencial teórico utilizado pelos/as docentes; o produto educacional produzido por eles/as. Foram encontradas 2 dissertações de universidade do Nordeste, que se encaixaram no quesito relações de gênero nas aulas de Educação Física sobre a unidade temática lutas, por 2 professoras mulheres. Essas duas produções foram analisadas através das categorias citadas, onde em ambas foram identificadas as dificuldades com este conteúdo pela persistência de estereótipos e empecilho de socialização entre os alunos e as alunas durante as aulas, apesar disso uma das professoras adotou a coeducação como estratégia de aula através das teorias pós-estruturalistas e a outra docente, implicitamente, também utilizou dessa estratégia de ensino sob a perspectiva crítica-superadora. Os seus produtos educacionais foram citados nas dissertações, mas apenas 1(um) deles estava disponível, havendo uma facilidade para seu acesso e com um layout atrativo e didático.

Palavras-chave: educação física; relações de gênero; lutas; ProEF; coeducação.

ABSTRACT

A few centuries ago, female education was considered inadequate and promiscuous, because in that society, women's rights were significantly reduced to being wives, mothers, and homemakers. And when they gained this right, the girls' curriculum was different from the boys', reducing domestic activities. However, currently we have a widely disseminated mixed-gender education system in schools and, despite being an achievement, it is not enough for equal education, because there is still a separation of students according to the activities presented, such as the thematic unit of fighting, which, according to common sense, is a masculine practice. Therefore, this research aims to analyze gender relations in the teaching of the thematic unit of combat sports in school Physical Education, based on dissertations found in the repositories of Higher Education Institutions that are part of the Professional Master's Program in Physical Education in the National Network (ProEF). Therefore, this study is a qualitative bibliographic research where the main means of analysis was the reading of the productions of this professional master's program and its educational resources based on 3 defined categories of analysis: the limits and possibilities of the gender debate in the thematic unit of combat sports; the theoretical framework used by the teachers; and the educational product produced by them. Two dissertations from a university in the Northeast of Brazil were found that fit the criterion of gender relations in Physical Education classes on the thematic unit of combat sports, by two female teachers. These two productions were analyzed through the aforementioned categories, where in both, difficulties with this content were identified due to the persistence of stereotypes and obstacles to socialization among male and female students during classes. Despite this, one of the teachers adopted coeducation as a teaching strategy through post-structuralist theories, and the other teacher implicitly also used this teaching strategy from a critical-overcoming perspective. Their educational products were cited in the dissertations, but only one of them was available, despite being easily accessible and having an attractive and didactic layout.

Keywords: physical education; gender relations; fight; ProEF; coeducation.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
FC	Faculdade de Ciências
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
GPEF	Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar
IB	Instituto de Biociência
ICSEZ	Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFSUDESTEMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
PDF	Portable Document Format (formato de documento portátil)
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência
ProEF	Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UESB	Universidade Federal do Sudoeste da Bahia
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato grosso
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIOESTE	Universidade Federal do Tocantins
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. PARA UMA EDUCAÇÃO FÍSICA COEDUCATIVA: referencial teórico.....	18
3. A LUTA PELAS RELAÇÕES DE GÊNERO: busca e delimitação dos dados da pesquisa no ProEF.....	27
4. LUTE COMO UMA MULHER: análise dos dados.....	34
4.1 Limites e possibilidades das relações de gênero na unidade temática lutas na Educação Física escolar.....	34
4.2 Perspectivas dos referenciais teóricos das dissertações.....	39
4.3 Produtos educacionais.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física nas escolas brasileiras surgiu em meados do século XIX¹, como parte importante do movimento higienista, consistindo em exercícios físicos organizados e realizados apenas em sua dimensão mecânica, destacando uma concepção de corpo dicotômica (corpo/mente). Respalhada pelos médicos e aplicada pelos militares, sua função era biologicista, com enfoque no corpo saudável e domesticado, além de reforçar a aptidão física para servir ao país, tanto em momentos de combates, quanto para ter um cidadão saudável e útil, reforçando um sentido de corpo dócil, regrado pelo cumprimento de normas e regras para o que se acreditava ser o progresso do país.²

Conforme Bracht (1999), no decorrer dos anos, sobretudo a partir do final da década de 1980, o paradigma da aptidão física começa a ser questionado, mas não desaparece em sua totalidade, devido ao surgimento de movimentos que faziam críticas a essa tendência higienista. Com as investidas da Educação Física na esfera acadêmica, mais especificamente universitária, em momentos de buscas para cursos de pós-graduação, esses docentes se viram influenciados pelas ciências humanas e sociais, principalmente no campo pedagógico.

Sendo assim, a Educação Física com essas influências, conseguiu absorver vários pensamentos pedagógicos que faziam críticas a esse paradigma da aptidão física e da esportivização, surgindo movimentos de autores e autoras que vão explicitar essa crítica, como a perspectiva curricular *crítico-superadora*, a *crítico-emancipatória*.

Estas propostas curriculares que surgiram na década de 1990, contribuíram com um novo paradigma na área da Educação Física, que seria o paradigma da Cultura Corporal ou Cultura Corporal de Movimento, dependendo da base epistemológica. Porém, ambas se apresentaram como ofertas de uma Educação

¹ Reforma Couto Ferraz em 1851 (Soares, 2007).

² Sobre história da Educação Física, ver: SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física: raízes européias e Brasil. 4ª ed. Campinas, SP: **Autores Associados**, 2007.

Física Escolar Crítica, baseada em teorias de base filosófica marxista, como também, fenomenológica.

No decorrer dos anos surgiram novas oportunidades, formas de viver e entender o contexto da sociedade contemporânea e suas novas configurações e complexidades dando margem para debates como o pós-colonialismo, o multiculturalismo, os estudos culturais, teoria *queer*, dentre outros. Esse cenário alcançou pesquisas e discussões na Educação e na Educação Física, sobretudo com a influência epistemológica pós-estruturalista e pós-crítica, como ocorre com a proposta curricular da Educação Física Cultural.

A Educação Física Cultural, assim como as demais propostas críticas de currículo da Educação Física, questiona a maneira tecnicista e a forma tradicional de ensino e aprendizagem e também reforça a defesa da Cultura Corporal como objeto de estudo. Entretanto, traça um debate sobre os conteúdos de ensino estarem relacionados às práticas corporais presentes nas ocorrências sociais que atravessam a escola, analisando e tecendo a ampliação de seus significados culturais.

Os conteúdos, nesta e nos demais currículos críticos, vão além de ser somente “o fazer”, mas, também, entender “o porquê fazer”. A Educação Física Cultural tem um investimento em contribuir com os sentidos e significados culturais desses conhecimentos/conteúdos, situando-os na vida dos/as estudantes, contribuindo com novas leituras e interpretações. Entretanto, o diferencial desta proposta curricular é pautar a percepção, o respeito e a valorização das diferenças e da diversidade, exatamente através dos assuntos que marcam os estudos pós-críticos.³

Neste sentido, as relações de gênero são uma pauta recorrente nos debates da Educação Física Cultural, a exemplo do grupo de estudos GPEF⁴, o qual articula trabalhos de pesquisas e relatos de experiências na Educação Física escolar,

³ Sobre os estudos pós-críticos, ver: NEIRA, Marcos Garcia. Nunes, Mário Luiz Ferrari. **Pedagogia da cultura corporal**. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2014.

⁴ O GPEF é o Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar que procura colaborar com a área em produções científicas com perspectivas pós-críticas. Para saber mais sobre o GPEF, acesse o link: <http://gpef.fe.usp.br/>.

conforme está disponibilizado em sua página na internet. Logo, no que tange à problematização e tematização das questões de gênero por parte da Educação e, conseqüentemente, da Educação Física escolar, as discussões com base epistemológica pós-crítica conduziram o olhar deste trabalho.

Sobre esta Educação Física de caráter transformador que tem a cultura corporal como defesa, chamamos a atenção para a unidade temática⁵ lutas também como campo de interesse deste estudo. Esta unidade temática da cultura corporal, por muitas vezes, foi e ainda é considerada difícil de ser aplicada, seja por falta de interesse e hesitação das alunas, em especial, ou por escassez de uma estrutura que disponibilize tatames e materiais adequados para realizar as aulas, assim como pela pouca vivência do/a professor/a e sua insegurança quanto ao tema.

As lutas são práticas corporais com importância histórica e social, com objetivos voltados à oposição de ações entre indivíduos, nas quais o foco está no corpo da outra pessoa e as ações são de caráter simultâneo e imprevisível (González; Darido; Oliveira, 2014, p. 31). Com isso, podemos afirmar que a luta não é apenas uma série de movimentos técnicos e normas, entende-se também que seus aspectos são mais complexos e abrangentes.

Acreditamos que as lutas devem ser tratadas com a valorização de seus conhecimentos técnicos, táticos, históricos, sociais e culturais, por isso vale a tematização das questões de gênero nesta unidade temática. Esse espaço da escola na vida do/a estudante é importante na construção dos saberes, onde entender que existem diferenças em cada ser humano e que isto é comum, desviando de estereótipos que já estão enraizados na sociedade.

Por muito tempo, a unidade temática lutas foi considerada uma prática corporal masculina, para meninos, por isso a importância da reflexão sobre esse conhecimento, no qual abre-se a possibilidade de investigação que cheguem nas vivências da Educação Física escolar. Este trato deve ser voltado não somente ao desenvolvimento das habilidades físicas das lutas, mas como forma de se

⁵ Vamos usar a expressão “unidade temática” considerando que é assim que é tratado o conhecimento curricular da Educação Física na Base Nacional Comum Curricular.

desvincular do estereótipo de frágil e sensível dado às mulheres, mirando no empoderamento, incentivando a vivência dessa prática corporal das alunas.

Nesta perspectiva, o papel do professor e da professora vai muito além de transmitir seus conhecimentos técnicos para os/as estudantes. Sua atuação busca entender todo um contexto de como a comunidade escolar se desenvolve e está inserida no mundo, apoiando o processo de ensino e aprendizagem, no qual estimulará o pensamento crítico dos alunos e das alunas, trabalhando os temas transversais que estão nos documentos norteadores, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), abordando as relações de gênero na unidade temática lutas e fomentando sua importância no processo de transformação social.

Historicamente, a participação feminina nos esportes se deu por proibições e preconceitos equivocados sobre a sua feminilidade e sua fragilidade, além disso, foi considerado crime no Brasil práticas esportivas para elas. Essas condutas são construídas através de uma sociedade que sempre colocou a mulher no papel de reprodutora e dona de casa, enquanto o gênero oposto ficava responsável pelas atividades de provedores e chefe de família. Entretanto, ao passar dos anos, as mulheres vêm conquistando seus lugares de fala e ação através de movimentos políticos e sociais.

Esses movimentos deram o direito para elas participarem de modalidades que até então eram consideradas masculinas, como o judô e o jiu-jitsu. Mas, ainda nos dias atuais, existe uma grande camada de resistência das pessoas, em que insistem em estereotipar as mulheres que os praticam. E, quando se trata do ambiente escolar, esses pensamentos equivocados ainda estão presentes nos dias de hoje.

A professora e o professor são agentes transformadores de uma sociedade que sempre está em construção. É fundamental para o desenvolvimento intelectual e social dos/as alunos/as o compartilhamento de saberes, por isso é tão importante o papel desses/as educadores/as para desmistificar as concepções que estão impregnadas na realidade brasileira e que por muitas vezes impossibilita a desconstrução de pensamentos alienados e conservadores.

Todavia nem sempre vai existir um/a professor/a que estará disposto/a a tematizar em sala de aula sobre as relações de gênero, pois existe o famoso “rolar a bola”, que traz um certo conforto para os/as que já estão acostumados com isto. Em contrapartida, há aqueles/as que pretendem melhorar a educação brasileira.

Para os/as que já estão lecionando na rede pública do Brasil, existe o ProEF, que é o Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional, o qual tem como área de concentração em Educação Física escolar, voltada para o fortalecimento da prática docente na Educação Básica (UNESP, 2025). Logo, o programa versa sobre a formação, em nível de mestrado profissional, de professores e professoras de Educação Física tendo duas linhas de pesquisa: I. *Abordagens metodológicas e processos de ensino e aprendizagem* / II. *Formação intervenção e profissionalidade docente*.

O ProEF possibilita a compreensão de problemas e dificuldades práticas na Educação Física na rede pública de ensino, pois seu campo de busca se faz no dia a dia na sala de aula com a vivência prática dos/as docentes. Sendo assim, ele trata de questões da sociedade e das ações pedagógicas dos professores e das professoras que já estão inseridos no ambiente escolar. Uma dessas necessidades que podem ser contempladas no ProEF é o debate sobre as relações de gênero e outros indicadores sociais que impactam na escola e na Educação Física.

O interesse que pauta este trabalho - relações de gênero e lutas - surgiu a partir da participação nas lutas enquanto ainda era criança, e, por muitas vezes, sendo a única menina a treinar judô. Mas, principalmente, durante as observações e intervenções nas aulas de Educação Física em uma escola pública no bairro da Várzea, na cidade do Recife, pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da UFRPE. Nesta experiência foi observada uma ideia generalizada e distorcida pelos/as estudantes sobre as lutas e a atuação feminina nesse âmbito. Os alunos e as alunas interligaram as lutas a uma imagem estereotipada, agressiva e violenta, onde seu público alvo se voltava ao gênero masculino e que a recusa por parte das meninas, em participar das aulas, foi recorrente.

Dito isso, surgiu o problema desta pesquisa: **O que se tem estudado no ProEF sobre os limites e as possibilidades no debate das relações de gênero na unidade temática lutas?**

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os debates sobre as relações de gênero no ensino da unidade temática lutas na Educação Física escolar, a partir de dissertações encontradas nos repositórios do ProEF.

Os objetos específicos são: 1. Identificar e analisar os referenciais teóricos que sustentam as produções científicas sobre lutas e relações de gênero na Educação Física escolar; 2. Reconhecer e interpretar os problemas de pesquisa sobre relações de gênero e lutas na Educação Física Escolar; 3. Estudar e explicar os recursos educacionais produzidos pelo ProEF sobre lutas e relações de gênero.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, onde Minayo (2001, p. 21-22), vai explicitar que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Trata de uma revisão da literatura a partir da pesquisa sobre as dissertações e seus produtos educacionais apresentados nos repositórios das Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do ProEF, sobre a unidade temática lutas e as relações de gênero na Educação Física escolar, como se dão os limites e as possibilidades dessas produções e as suas práticas educacionais.

O referencial teórico que será apresentado a seguir, e que está intitulado de “PARA UM EDUCAÇÃO FÍSICA COEDUCATIVA: referencial teórico”, tratará dos autores que darão embasamento para este trabalho. Daniela Auad, que trará para a educação no geral o conceito de ensinar os meninos e as meninas de forma igualitária, trazendo a diferença entre turmas mista e a coeducação; Luciano Corsino também irá conduzir a coeducação para a Educação Física; Marcos Neira que vai

discorrer sobre o Currículo Cultural da Educação Física; e a BNCC, o documento norteador da educação brasileira nos dias atuais.

O segundo capítulo intitulado “A LUTA PELAS RELAÇÕES DE GÊNERO: a busca e a delimitação dos dados da pesquisa no ProEF”, irá apresentar, em forma de quadro, e analisar nas dissertações os resultados na intervenção práticas dos/as professores/as e as possibilidades e os limites do debate de gênero em sala de aula, além disso, será identificado se o referencial teórico desses trabalhos é crítico ou pós-crítico.

Para o terceiro capítulo “LUTE COMO UMA MULHER: análise dos dados”, foram definidas três categorias de análises para entendermos a necessidade de investigar as possibilidades e os limites das pesquisas das professoras, além de entender as perspectivas educacionais das suas dissertações e estudar seus recursos educacionais.

2. PARA UMA EDUCAÇÃO FÍSICA COEDUCATIVA: referencial teórico

A introdução da unidade temática lutas nas aulas de Educação Física se torna difícil devido à falta de segurança do professor e da professora em relação a este conteúdo. O fator que impossibilita muitas vezes essa prática é pensar que só os/as docentes que tiveram contato diretamente com as lutas estarão mais “qualificados/as”. Contudo, ao se tratar deste tema, o conhecimento sobre este objeto de estudo da cultura corporal não se faz apenas a partir de vivências anteriores, já que existem vários jogos de oposição, adaptações das modalidades que são consideradas mais “fáceis” e “simples”, além de existir, também, algumas atividades que possam focar em conquista de território.

No entanto, partindo do pressuposto de que a unidade temática lutas é uma prática voltada ao sexo masculino, segundo o senso comum e o imaginário das pessoas mais ignorantes e equivocadas, podemos compreender que as meninas nas aulas de Educação Física não se interessam muito sobre as lutas de acordo com a maneira em que elas estão inseridas em uma sociedade que busca alimentar constantemente os costumes mais conservadores e patriarcais, ignorando a vontade

daquelas que se interessam um pouco mais em práticas consideradas masculinas. Isso gera um preconceito frequente com visões distorcidas e estereotipadas sobre as mulheres que praticam esta atividade fora da escola ou até mesmo nela.

A educação para meninos e meninas precisa de princípios de igualdade, equidade e respeito, sem distinções de gênero nas suas atividades escolares. É essencial que todas as pessoas compreendam que uma sociedade mais justa se constrói a partir da forma como tratamos uns aos outros. Não adianta ser amigo ou companheiro de uma mulher e não respeitá-la, sempre fazendo piadas de cunho machista e sexista para constrangê-las.

No entanto, antes mesmo de entendermos a relevância e o significado de um ensino escolar igualitário para meninos e meninas, a chamada coeducação, é necessário revisitar a história da educação para as mulheres no Brasil e como chegamos ao que hoje é a escola mista de ensino, onde eles e elas possuem as mesmas aulas, mas o tratamento é distinto entre os gêneros evidenciando uma desigualdade e uma hierarquização em muitos momentos.

Alguns séculos atrás, a educação feminina era considerada inadequada e promíscua para aquelas que pretendiam estudar e se formar, pois, para uma sociedade onde os direitos das mulheres eram significativamente reduzidos a serem mães, esposas e donas de casa, onde o marido partia da ideia de ser “proprietário” da cônjuge, era extremamente difícil a mudança de pensamentos conservadores e tradicionais por ambas as partes, já que uma vez criada em um âmbito machista e opressor, algumas mulheres, infelizmente, acreditavam e ainda hoje acreditam, na submissão de sua vida para o homem, seja ele o pai, irmão ou o marido, sem poder ter seus interesses sonhados, desenvolvidos ou construídos.

Era normal a educação feminina desenrolar-se em torno da aprendizagem de trabalhos domésticos e com a supressão dos conteúdos prescritos para os meninos. Essa modalidade de educação foi adotada sob o argumento de que as meninas não deveriam estudar nem necessitavam de “cultura”, pois isso as desviaria de suas principais funções de esposa e mãe. A possibilidade de instrução básica para o conjunto das mulheres era extremamente reduzida e o acesso aos estudos médio e superior era proibido (Auad, 2018, p. 48).

A submissão que as mulheres tinham para os homens sempre foi tratada como parte dos pensamentos regressistas e conservadores, onde foi muito defendida pelos religiosos com a premissa do reconhecimento do papel de liderança dado para a parte masculina em séculos de dominação e que até nos dias atuais é defendida por muitas partes interessadas neste modelo de sociedade com uma estrutura patriarcal. O acesso aos estudos delas era entendido como desonra para a família, já que o homem que era considerado o ser intelectual e o provedor da casa, deixando a mulher com funções domésticas e auxiliaadoras do lar, além de restringir tudo o que elas faziam em seu dia a dia.

A Lei Imperial de 1827 autorizou a abertura de classes femininas. Contudo, a mesma lei introduziu diferenças entre os currículos dos meninos e o das meninas, em função do que se esperava socialmente dos sexos (Auad, 2018, p. 51). A educação para as mulheres começou no sentido de educar os seus filhos para o futuro, tendo em vista que a maior parte do tempo eles ficavam sob os cuidados de suas mães ou com uma figura feminina, e além disso, elas eram excelentes para serem professoras infantis por representarem uma imagem meramente reprodutora, já que elas nasciam com o “dom” de serem mães e saberem como lidar com as crianças. Daniela Auad chama essa visão sobre as mulheres de tríade “mulher-mãe-professora”.

Essa tríade é um punhadinho de ideias equivocadas usadas para organizar a cabeça das pessoas em relação às mulheres. Trata-se de um conjunto de representações que pode ser explicado da seguinte maneira: Todas as mulheres são naturalmente mães. Todas as mães naturalmente amam e sabem lidar com as crianças. Ora, todas as mulheres são natural e potencialmente boas professoras de crianças pequenas (Auad, 2018, p. 51).

E, apesar de ser uma conquista feminina no âmbito educacional e pessoal, o ingresso delas na educação não foi o suficiente para elas terem um ensino mais abrangente e independente de estereótipos que invalidavam seus ideais, já que o currículo das meninas era diferente do currículo dos meninos e por si só, o tratamento entre todos e todas eram consideravelmente diferente por parte dos/as docentes e até mesmo dos familiares não valorizavam suas práticas. As mulheres só foram inseridas nas turmas com o gênero oposto, quando o governo percebeu que

seria mais barato a criação das turmas mistas.⁶ A economia se sobressaiu enquanto a educação feminina ficou em segundo plano. Mas será que as turmas mistas são suficientes para uma educação igualitária sem a representação de um gênero dominante?

Não é o suficiente, nunca foi e nunca será, mas entende-se que é um grande passo para a construção de uma narrativa igualitária e justa onde possamos criar e implantar opiniões amplamente democrático para os gêneros. Com as turmas mistas, aos poucos, vai se inserindo pensamentos mais críticos e progressistas para os alunos e as alunas, fazendo eles e elas problematizarem a importância de uma sala de aula em que todos e todas possam ser iguais, com as mesmas funções e com os mesmos tratamentos independente de gênero. E, para isso, a coeducação vai trazer essa demanda de um ensino que vai partir do pressuposto de uma escola onde não será separado e diferenciado as atribuições dos/as estudantes dentro deste ambiente.

E vale atentar para o que chamo de coeducação, uma vez que não é apenas juntar fisicamente meninas e meninos na mesma escola ou mesma classe. Ao utilizar o termo coeducação, refiro-me a um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula e nos jogos e nas brincadeiras dos pátios (Aquad, 2018, p. 63).

Trazendo a ideia das turmas mistas para a Educação Física, que é amplamente utilizada nas instituições educacionais nos dias atuais apesar de não ser um consenso, pode-se observar uma espécie de exclusão ou segregação quando as atividades são consideradas masculinas ou femininas. Os meninos não participam de práticas que foram impregnadas no conceito popular de serem feitas para as meninas e elas não querem ou não são incluídas em atividades que são consideradas do gênero oposto. É comum avistar nas aulas desta disciplina a separação entre ambas as partes, sem interesse de se “misturarem” de fato com o restante da turma.

⁶ Sobre a história da educação feminina no Brasil, ver: AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2018.

A escola, como instituição fundamental na formação social e educacional dos indivíduos, tem por necessidade a construção de cidadãos mais democráticos, reflexivos e empáticos com as outras pessoas independente do gênero, elaborando atividades que possam captar e compartilhar o melhor de cada estudante, não em questão de notas ou de habilidades físicas, mas na forma de pensar, agir e tratar o próximo. Contudo não é apenas isso, ainda precisamos, como professoras e professores, incluir igualmente todos e todas sem que haja distinções de funções relacionadas ao gênero dos/as envolvidos/as, aumentando a proximidade do ensino baseado na coeducação.

O humano é um ser social e cultural, isso quer dizer que, toda uma sociedade é representada e influenciada por uma cultura na qual está inserida, e se essa cultura compreende o respeito à diversidade e a inclusão de todos e todas, seja em ambiente familiar, educacional ou até na rua, àquela comunidade consegue se desenvolver em volto de harmonia e a intolerância dos preconceitos agregados a uma fala que remete a subjugar alguns grupos de indivíduos ou formas de viver. Não seria diferente com a coeducação, que se estende por um pensamento decorrente da necessidade de tornar a valorização dos indivíduos independente das suas diferenças.

Na escola, o(a) aluno(a) deve ter seu conhecimento valorizado, de modo que ele(a) possa reconhecer o(a) outro(a) como algo importante, ocorrendo certa valorização e, conseqüentemente, uma diminuição das diferenças hierarquizadas. A escola pode abrir espaço para a discussão de todos aqueles assuntos que possam vir a ocorrer a partir de conflitos causados por questões culturais, com o objetivo de diminuir as injustiças sociais, considerando-se as múltiplas identidades culturais, que não são fixas e, portanto, se transformam a todo o tempo (Corsino; Auad, 2017, p. 85).

A visão de uma estrutura patriarcal sobre as relações de gênero e sua hierarquização, é comum se sustentar nas aulas de Educação Física escolar, como por exemplo nas aulas da unidade temática lutas onde as meninas ficam apenas observando os meninos a fazerem as práticas ou na divisão da quadra, quando os eles tomam conta de um espaço maior e elas simplesmente ficam de canto fazendo outra atividade paralela da principal. É claro que isso pode ser um fator de segregação entre os gêneros, que é culturalmente seguido entre os indivíduos da

sociedade em que vivemos, mas o papel do professor e da professora também não seria evitar essa “separação” durante suas aulas?

É importante orientar os meninos e as meninas para que suas relações possam ser de harmonia e empatia dentro e fora da escola no sentido de não despejarem preconceitos e ódio entre eles e elas. Refletir sobre seus atos e suas atitudes, entendendo que não se deve medir as habilidades de ninguém através de seu gênero. Entendemos, também, que o gênero é uma construção social e cultural onde, a depender de quem ela convive, a mulher se vê em um caminho tortuoso e difícil até chegar em seu destino. Então é importante defender uma escola mista que pratique a coeducação e não apenas misturar sem definir e planejar a igualdade em seu plano de ensino e em todas as maneiras de tratar cada aluno e aluna:

As misturas de meninas e meninos na escola e fora dela influenciam as relações de gênero, como uma importante estratégia para o término das desigualdades. Apesar disso, ainda há necessidade de uma ação orientada, como a inserção de políticas públicas de coeducação (Corsino; Auad, 2017, p. 38).

A coeducação traz para dentro da escola alguns princípios norteadores, sendo eles: trazer as questões de gênero de forma intencional, por dentro dos planejamentos das aulas e não de forma acidental quando houver alguma intercorrência, além disso, não é só misturar os alunos e as alunas no mesmo ambiente, é dar as mesmas oportunidades e experiências pedagógicas, e não apenas investir para o sucesso da democracia, mas para a igualdade e equidade de gênero. Nessa perspectiva, a coeducação deve ser percebida como algo que nasce aos poucos, gerada pelas decisões das professoras em seus planejamentos, em suas salas de aula (Auad, 2018, p. 69).

A Educação Física com princípios coeducativos precisa estar presente e ser parte da escola de maneira efetiva e eficaz, pois esta disciplina ainda é marcada com o manejo de certas práticas tecnicistas e tradicionais do militarismo. Como a formação de filas durante a prática de algumas atividades, incentivando ainda mais a separação entre meninos e meninas durante as aulas, pois eles e elas, na maioria das vezes, vão escolher ficar do lado que tem mais amizade, sendo as pessoas de seu gênero em questão. Além disso, é comum que na escolha dos/as integrantes

dos times também aconteça isso de maneira mais evidente sem que haja interferência do professor e da professora nesse processo.

Diferente dos outros objetos de estudo da cultura corporal, a unidade temática lutas se destaca de uma maneira negativa nas atividades práticas em sala de aula por estar sob efeito do senso comum de violência. Os/as estudantes associam esta prática com agressões e brigas, não é atoa que os professores e as professoras preferem, de maneira equivocada, mas não totalmente errada, trabalhar apenas essas problemáticas para este conteúdo. É importante sim dissociar este estereótipo do imaginário dos alunos e das alunas elaborando atividades e dinâmicas em relação ao tema, mas a unidade temática lutas não é apenas isso, existem outras maneiras de abordá-lo.

Trabalhar com Luta significa abordar uma prática motora que envolve desequilíbrio, imobilização e contusão, explorando movimentos de oposição e disputas, presentes em manifestações que fazem parte do universo cultural, tais como: cabo de guerra, capoeira, mãe da rua e outras (Neira; Nunes, 2014, p. 199).

Em nosso país existe uma enorme quantidade de lutas de origem indígenas e de matriz africana que são praticadas pelos brasileiros e pelas brasileiras, como a capoeira, mundialmente conhecida, mas que não se curvou a esportivização de suas práticas, temos também o huka-huka que faz parte de um ritual indígena dos povos do Xingu, a luta marajoara que é da ilha de marajó, do estado do Pará e o jiu-jitsu brasileiro que foi desenvolvido pela família Gracie e amplamente praticado no Brasil.

Neste sentido, é importante a contextualização dessas práticas para os/as estudantes a fim de resgatar o sentimento de pertencimento e respeitar quem os pratica fortalecendo nossa cultura. O significado, a representação, as vivências, as problematizações das hierarquizações e da indústria midiática, as relações de gênero e a aproximação da identidade brasileira pode ser introduzida nas aulas de Educação Física como tematização da unidade temática lutas. É evidente que isso não basta para tornar a sociedade mais consciente e justa em relação a diversidade e a igualdade de todos e todas, mas entendemos que é um grande passo para que isto aconteça em um futuro próximo.

Para tanto, o professor e a professora precisam entender que esses aspectos estereotipados dificultadores de suas práticas devem ser problematizados em sala de aula para que os alunos e as alunas ultrapassem a barreira da escola e leve consigo esse novo modo de pensar para a comunidade em que está inserido, agindo de maneira mais respeitosa. É necessário também ouvir as questões deles e delas, elaborando atividades que possam guiar eles e elas a ressignificação dos seus conceitos amplamente difundidos. Sendo assim, o docente e a docente precisam entender que o currículo da Educação Física não está livre do contato cultural que possa ser disseminado para o restante do mundo, já que nas teorias pós-críticas o objeto principal de estudo é a cultura.

(...) na teorização pós-crítica, o currículo é considerado um artefato sociocultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social; ele está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas (Neira; Nunes, 2014, p. 189).

A sociedade é uma construção cultural que vive em constante mudança e as relações socioculturais dentro do currículo também mudam e devem se adaptar de acordo com as necessidades das pessoas que estão participando, pois a cultura não precisa ser estática e não deixará o currículo parado em um determinado período sem os seus desenvolvimentos essenciais, mas ao mesmo tempo precisa ter um cuidado para não esquecer as práticas já existentes que são importantes para a identidade cultural brasileira.

Para a concepção e o planejamento de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária que respeite a diversidade, deve-se atentar de que a educação é um dos principais meios para a realização dessas condições inclusivas e que investir nela não é perda de tempo. Com isso, para nortear a prática pedagógica dos professores e das professoras e os currículos dos estados brasileiros, a BNCC foi elaborada.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas

pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil).

Na BNCC, a Educação Física, onde se tematiza as práticas corporais, apresenta-se na área de Linguagens e suas tecnologias, juntamente com outras disciplinas como Língua Portuguesa, Artes e Língua Inglesa. Ela é dividida em três etapas da educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas na BNCC, seu emprego vai começar no Ensino Fundamental Anos Iniciais, onde existirá 10 competências específicas, que é organizado em dois blocos, 1º e 2º anos; 3º ao 5º, havendo diferenças significativas na organização das práticas pedagógicas norteadoras deste documento. Para a BNCC, a unidade temática lutas vai ser introduzido no ensino da educação básica da seguinte maneira:

A unidade temática Lutas focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos países do mundo (judô, aikido, jiu-jítsu, muay thai, boxe, chinês boxing, esgrima, kendo etc. (Brasil, 2018, p. 218).

No Ensino Fundamental - Anos Iniciais, a unidade temática lutas é iniciada a partir do 3º ano, com foco principal nos Objetos de Conhecimentos referente a lutas do Contexto comunitário e regional como as lutas de matriz indígena e africana. A BNCC estabelece que as habilidades a serem desenvolvidas devem ser no sentido de experimentar, fruir e recriar, planejar e utilizar as estratégias e identificar as suas características, pois este documento visa respeitar as experiências pessoais já inseridas na vida e no cotidiano dos alunos e das alunas e que, como professores e professoras, devemos proporcionar esse contato para eles e elas.

A unidade temática lutas no Ensino Fundamental - Anos Finais na BNCC é dividida em dois blocos que vão do 6º ao 7º anos e 8º ao 9º anos. O primeiro bloco

ainda é referente às lutas do Brasil e o segundo é sobre as lutas do mundo. As habilidades a serem desenvolvidas no primeiro objeto de estudo ainda continua a ser o mesmo do 3º ao 5º anos, porém com o acréscimo da quarta habilidade onde espera-se que os alunos e a alunas deverão problematizar preconceitos e estereótipos em relação às lutas. E, o segundo bloco, em um contexto mundial, é voltado para as transformações históricas, esportivização, processos midiáticos e respeito à cultura de origem.

Podemos perceber que durante o 6º e o 7º anos se abre algumas brechas para uma discussão mais ampla sobre as relações de gênero nas lutas, com a problematização de estereótipos que indicam que as lutas devem ser praticadas por meninos e que as meninas deveriam fazer outras atividades conceituadas femininas. Todavia, é necessário implementar a coeducação desde os primeiros anos, com a finalidade de ir preparando desde cedo os alunos e as alunas para que eles e elas entendam e pratiquem com mais facilidade a igualdade entre pessoas, independente do gênero.

No ensino médio, a BNCC não explicita os objetos de estudo de cada unidade temática, apenas disponibiliza 7 competências específicas de linguagens e suas tecnologias e as habilidades que precisam ser desenvolvidas ao final desta etapa da educação básica de uma forma mais geral, sem especificar o que cada disciplina deverá fazer, mas a unidade temática lutas é ligeiramente citado na competência 5. Contudo, fica evidente que no Ensino Médio, o leque de possibilidades para se trabalhar o multiculturalismo e todas as possibilidades das teorizações pós-críticas na Educação Física Cultural e a coeducação, é muito abrangente.

3. A LUTA PELAS RELAÇÕES DE GÊNERO: busca e delimitação dos dados da pesquisa no ProEF

Este capítulo será dedicado para a apresentação dos dados pesquisados e obtidos a partir dos repositórios nas Instituições de Ensino Superior que fazem parte do ProEF, com o intuito de identificar dissertações que possam ser utilizadas

baseadas nas temáticas de lutas e relações de gênero, além de mostrar como essa pesquisa foi realizada, evidenciando os caminhos e os meios utilizados durante este processo.

O site da UNESP, onde se localiza o acervo digital do ProEF, se estende por uma breve apresentação deste Programa de Mestrado Profissional, as IES participantes, suas propostas pedagógicas e o perfil dos/as professores(as)/pesquisadores(as).

Para ter acesso aos trabalhos produzidos, as dissertações e seus recursos educacionais, é necessário entrar na navegação auxiliar disponível no site da UNESP e depois encontrar a aba de “Produções Intelectuais”. Para as 26 IES que fazem parte do ProEF, tem um site de buscas específico que onde deveriam ficar os trabalhos já publicados. Algumas instituições apresentam as pesquisas produzidas não só pelo ProEF, mas também pelos cursos de graduação e pelos demais programas de mestrado e doutorado, ou seja, não é simples encontrar o acervo do ProEF. A função do site da UNESP é simplesmente listar todos os links que poderão ser redirecionados para o site da IES desejada com suas especificidades.

Cada repositório tem um layout diferente, o que foi desafiador, pois percebemos que em muitos sites não existe a função da barra de pesquisa ou da lupa, o que dificultou o acesso. Em alguns sites foi necessário conferir os trabalhos um por um, tendo em vista que muitos deles só constam o nome do autor ou da autora, sem mencionar o título da pesquisa, então em alguns momentos as palavras-chave, que serão mencionadas, não foram utilizadas diretamente para esta busca.

Sendo assim, as dissertações, que serão apresentadas posteriormente na tabela 1, foram pesquisadas em 20 repositórios das instituições brasileiras que fazem parte do ProEF, tendo em vista que 3 universidades utilizam o mesmo link e 5 IES ainda não disponibilizaram as dissertações elaboradas no ProEF e nem o link para entrar em seus sites. No entanto, independentemente de estar disponível ou não o link dos repositórios, todas as IES participantes do ProEF estão listadas na tabela 1.

Para analisar os trabalhos já publicados sobre a temática em questão, no primeiro momento, foi pesquisado nos repositórios das IES as dissertações com as palavras-chave “lutas”. Vale lembrar que alguns desses repositórios não eram exclusivos do ProEF, sendo necessário especificar também com outras palavras chaves como “lutas” AND “educação física”, e posteriormente acrescentar “relações de gênero” nas buscas.

Só obtivemos 1 (um) resultado satisfatório utilizando apenas as palavras-chaves “lutas” AND “educação física” em todos os repositórios. Com essa baixa quantidade, também resolvemos incluir as dissertações que apresentassem as relações de gênero nas aulas de Educação Física sem especificar a unidade temática lutas. Nesta segunda pesquisa, utilizamos as palavras-chaves “relações de gênero” AND “educação física” ou apenas “gênero”, pois em alguns repositórios essas palavras-chave tiveram dissertações diferentes em cada resultado. Com essa mudança sutil de palavras-chaves, encontramos mais 1 resultado que poderíamos utilizar para as análises, somando no total 2 resultados satisfatórios.

Na tabela 1, está a relação da quantidade de dissertações encontradas em cada repositório das IES do ProEF e as palavras-chave equivalentes utilizadas nas pesquisas, conforme explicado no parágrafo anterior:

Tabela 1 - quantidade de dissertações encontradas em cada IES do ProEF

IES	“lutas” AND “relações de gênero”	“relações de gênero” ou “gênero”
FCT, FC, IB (UNESP)	0	1
UFMT	0	0
UPE	1	1
UNIJUÍ	0	1
UFG	0	2
UFSCar	0	0
UEM	0	1

UFRN	0	0
UnB	X	X
UFES	0	2
UFMG	0	0
UFC	1	0
UFAM	X	X
UESB	0	1
IFSULDEMINAS	X	X
UNIOESTE	0	0
UFT	0	0
UFRJ	0	0
UESPI	0	1
UNIMONTES	0	0
IFSUDESTEMG	X	X
UFAL	0	0
UFRPE	0	0
IFCE	0	0
ICZE	X	X

Fonte: Elaborada pela autora

Para motivos de explicação sobre a tabela 1, todas as IES que estão com seus resultados representados por um “X”, são aqueles repositórios que não apresentam um link disponível para acessar as dissertações do ProEF. O restante dos resultados das IES estão representados por números indicando a quantidade de trabalhos encontrados em cada instituição.

Neste primeiro momento da pesquisa, as dissertações que apresentavam *apenas* questões relacionadas à sexualidade ou a movimentos *queer*, sem as relações de gênero incluídas, não foram inseridas na tabela 1, pois o objetivo principal era encontrar os estudos sobre as relações de gênero nas aulas de Educação Física escolar.

Cabe destacar que não foi possível identificar a quantidade de dissertações totais encontradas nesta pesquisa utilizando as palavras-chaves já citadas, pois nem todos os repositórios forneceram esta informação de forma específica e compreensível, como por exemplo, em um deles, não havia uma barra de pesquisa para acessar as dissertações ou filtros que pudessem deixar os resultados evidentes, sendo necessário conferir um por um e em outro as respostas foram diferentes para cada pesquisa mesmo com as palavras que eram sinônimos ou algum grau forte de aproximação.

Para tanto, foram encontradas 2 dissertações que se encaixaram no quesito relações de gênero nas aulas de Educação Física sobre a unidade temática lutas no título e 10 produções que *não* apresentavam relações diretas com outras práticas corporais, como ginástica, jogo, dança, esporte e práticas corporais de aventura mas que envolviam as questões de gênero no título, foram detalhadamente adicionadas no quadro 1, sob a intenção de deixar explícito seus títulos, seus anos de publicações, os seus autores e as suas autoras, além de suas instituições de ensino.

Quadro 1 - Dissertações do PROEF com as palavras-chave “relações de gênero” ou “gênero”

Título	Ano	Autores e autoras	IES
Dominação masculina na Educação Física Escolar	2025	Patrícia Barbosa de Oliveira	UFG
Educação Física Escolar como espaço de formação emancipada feminina: diálogos entre Kollontai, Luxemburgo, Krupskaya e a metodologia crítico-superadora	2025	Luciana Cristina Souza Leite	UFG
Evasão de alunas na Educação Física no ensino médio: problemática que envolve presença e não participação nas práticas corporais	2025	Marilene Rodrigues de Souza	UESPI

Generificação e Educação Física Escolar: diálogos sobre masculinidades	2025	Aline Aparecida Santana da Silva	FC
“Tudo que tem mulher é uma luta”: intervenção coeducativa com a unidade temática Lutas na Educação Física Escolar em uma turma de ensino médio	2025	Andréa Lima Girão	UFC
Gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física: formação e percepção docente	2024	Maria Carolina Lopes Esteves	UESB
O ensino da capoeira nas aulas de Educação Física: possibilidades para o empoderamento das mulheres	2024	Pollyana Cláudia Machado de Freitas	UPE
A desnaturalização dos marcadores de gênero das práticas corporais em aulas de Educação Física	2023	Ednara Araújo Nepomuceno	UFES
Diversidade de gênero, etnia e raça na escola: uma possibilidade pedagógica para a Educação Física	2023	Amanda Alcure Castro	UFES
Corpos, gêneros e diferenças: a literatura brasileira enquanto recurso didático-pedagógico nas aulas de Educação Física Infantil	2020	Viviane da Silva Dias Ceratti	UNIJUÍ
Intervenções pedagógicas na temática de gênero: uma análise das aprendizagens nas aulas de Educação Física	2020	Leylane Pereira de Andrade	UPE
O lugar e o não lugar das meninas nas aulas de Educação Física: relações de gênero e obstáculos culturais	2020	Gilvan Moreira da Silva	UEM

Fonte: Elaborado pela autora

Ao avaliar os resumos das 12 dissertações citadas no quadro 1, com o intuito de encontrar as pesquisas que remetessem a unidade temática lutas e as relações de gênero na Educação física escolar, os resultados encontrados mais satisfatórios diminuiriam para apenas 2 dissertações que corresponderam às expectativas. As 2 pesquisas encontradas foram de autoras mulheres das universidades localizadas Nordeste: UFC e UPE, nos anos de 2025 e 2024, respectivamente, de acordo com o quadro 2.

Quadro 2 - Dissertações do ProEF com a unidade temática lutas e as relações de gênero

Título	Ano	Autoras	IES
“Tudo que tem mulher é uma luta”: intervenção coeducativa com a unidade temática Lutas na Educação Física Escolar em uma turma de ensino médio	2025	Andréa Lima Girão	UFC
O ensino da capoeira nas aulas de Educação Física: possibilidades para o empoderamento das mulheres	2024	Pollyana Cláudia Machado de Freitas	UPE

Fonte: Elaborado pela autora

A dissertação que faz parte do ProEF da UFC, pela professora-pesquisadora Andréa Lima Girão, concluída em 2025, intitulada: *“Tudo que tem mulher é uma luta: intervenção coeducativa com a unidade temática Lutas na Educação Física Escolar em uma turma de ensino médio”*, fundamentou-se nos estudos de gênero de orientação pós-estruturalista. A pesquisa trata sobre de que modo a coeducação pode contribuir para a redução das desigualdades de gênero na Educação Física escolar. Além disso, seu objetivo é analisar os limites e as possibilidades de uma unidade didática coeducativa sobre o conteúdo “Lutas - Muay Thai” em uma turma do ensino médio, visando à promoção de vivências mais equitativas.

Para a dissertação que faz parte do ProEF da UPE, onde o título é: *“O ensino da capoeira nas aulas de Educação Física: possibilidades para o empoderamento das mulheres”*, concluída em 2024, pela autora Pollyana Cláudia Machado de Freitas, esse estudo busca como objetivo analisar as contribuições do ensino da Capoeira nas aulas de Educação Física, para o empoderamento das mulheres, a partir de uma revisão de literatura, com intervenções no campo, utilizando as observações e os registros em diário de campo e a análise e interpretação dos dados.

Para analisar os dados encontrados nestas pesquisas, foi definido, com base nos objetivos, algumas categorias de estudo através da investigação de conteúdos que pudessem responder a nossa problemática. Com isso, essa definição de categorias tem como inspiração a análise de conteúdo para auxiliar nas etapas de interpretação dos dados:

A análise dos dados, ainda que não se dissocie das demais fases, tem como objetivo compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno. Entre as diferentes e possíveis formas de análise de dados, destacamos aqui uma, a análise de conteúdo, que, comumente, tem sido utilizada nas pesquisas qualitativas em Educação Física escolar. Esta consiste num recurso técnico para análise de dados provenientes de mensagens escritas ou transcritas, no nosso caso, das mensagens vindas da literatura, dos documentos da rede de ensino e das falas das professoras (Souza Junior; Melo; Santiago, 2010, p. 34).

Para tanto, objetiva verificar, nas dissertações correspondentes ao quadro 2, os resultados nas intervenções práticas das autoras sobre as relações de gênero na

unidade temática lutas nas aulas de Educação Física escolar. Sendo assim, as categorias analíticas definidas foram:

1. Limites e possibilidades sobre lutas e relações de gênero;
2. Base epistemológica para o debate de gênero;
3. Produto educacional.

Desta maneira, entendemos que é necessário averiguar e entender os limites e as possibilidades do debate acerca das relações de gênero apresentadas nessas dissertações a partir das intervenções das autoras e quais foram as perspectivas apresentadas em seus referenciais teóricos. Para além disso, vamos refletir e considerar se os produtos educacionais desses trabalhos são acessíveis, compreensíveis e aplicáveis para o dia a dia em sala de aula dos professores e das professoras de Educação Física.

Esses dados serão analisados a partir da leitura das dissertações apresentadas no quadro 2 e dos seus produtos educacionais de maneira a responder as perguntas das categorias definidas já citadas a partir da necessidade de entender as relações de gênero na unidade temática lutas nas aulas de Educação Física escolar.

4. LUTE COMO UMA MULHER: análise dos dados

4.1 Limites e possibilidades das relações de gênero na unidade temática lutas na Educação Física escolar

Em uma sociedade favorável e interessada no poder de classes e na hierarquização de gêneros, é comum ouvir discursos em que a mulher não pode ser e nem fazer o que ela quiser. Mas, nesta pesquisa, apoiamos e entendemos que o caminho ideal para uma vida mais justa e plena, é a igualdade de gêneros em uma Educação Física Coeducativa que trabalhe não só a escola mista, mas que ressignifique todos os papéis pré-estabelecidos e significados que foram atribuídos para elas pela sociedade.

Ao lermos a introdução da dissertação da professora/pesquisadora Andréa Girão, citada no quadro 2, podemos perceber, no relato dela, a crítica sobre a mulher não se poder fazer qualquer prática corporal, sendo bastante julgada por desafiar padrões dominantes. Ela ainda descreve que ao entrar na primeira escola de sua docência, as turmas de Educação Física eram separadas por sexo e em horários distintos, onde os meninos ficavam com futsal e meninas com queimada ou vôlei.

Além disso, na escola, ela sofreu com frases e atitudes machistas por parte da coordenação escolar e dos alunos. De início os meninos fizeram “gracinhas” e as meninas se interessaram fazendo perguntas sobre o tema; surgiram também problemas no espaço das aulas por causa de reformas na quadra que fez a professora fazer algumas mudanças no plano de aula para serem feitas na sala da turma.

Nem sempre as vivências de ser uma mulher, feminista e que questiona as desigualdades de gênero na escola aconteceram de forma tranquila, ao contrário, por vezes foram constrangedoras ou até criminosas. Como, por exemplo, quando uma coordenadora sugeriu que eu usasse calças menos coladas para evitar assédio dos alunos (eu havia levado um aluno à coordenação por ter me chamado de "gostosa" em sala) ou, quando um aluno proferiu "Queria que ela fosse estuprada pra ver se era bom", frase dita no contexto de insatisfação pelas dificuldades encontradas por ele ao fazer um trabalho que eu havia proposto com o tema "cultura do estupro" (Girão, 2025, p. 19).

É notório que esse relato da autora não é um caso isolado e nem vai se extinguir tão cedo. As professoras que tentam trazer para dentro da sala de aula novas formas de pensar as relações de gênero, sofrem agressões somente por serem mulheres. Além do mais, atuando como ponte entre as professoras e os alunos, a coordenação pode ficar submissa a uma relação de poder entre os gêneros na qual já se enraizou, onde ela precisa se portar com “decência” para evitar certos problemas com esses alunos.

Para tanto, muitos/as docentes fazem essa separação para evitar os conflitos entre meninos e meninas, ter menos trabalho e responsabilidade na troca de ideias entre grupos que possam ser diferentes, voltando aquela concepção de turmas separadas para evitar problemas, mesmo que nos dias atuais, o mais comum são as turmas mistas de ensino nas escolas.

Diante disso, as aulas de Educação Física mistas ainda representam um desafio para muitos professores e professoras que, durante muito tempo, separaram as turmas entre meninos e meninas, acreditando, assim, evitar maiores conflitos e problemas no que diz respeito às diferenças de gênero. Porém, ao querer uma educação comprometida em transformar paradigmas e reduzir as desigualdades, é necessário que meninos e meninas aprendam a ter uma convivência saudável e respeitosa. Dessa forma, as aulas mistas configuram um avanço nesse sentido (Girão, 2025, p.19-20).

Além disso, essa separação pode servir como empecilho de socialização entre os alunos e as alunas, provocando um certo tipo de competitividade entre eles e elas. É, de fato, um limite que foi inserido nas convivências dos/as estudantes no sentido de explorar novas práticas corporais, pois se eles só atentassem para o futsal e elas para vôlei ou queimada, como iriam entender novas maneiras de ver e compreender o mundo?

Diante disso, foi identificado que os limites da prática pedagógica da professora/pesquisa ao inserir a coeducação, se deu através da dificuldade de ressignificar papéis pré-estabelecidos em uma escola que anteriormente separava os alunos e as alunas de acordo com o gênero mas aulas de Educação Física, a falta e a limitação de um espaço estrutural adequado para a realização das atividades, pois a quadra estava sendo usada para a reforma de um outro espaço além de ser bastante julgada por desafiar os padrões dominantes por parte dos estudantes e da coordenação.

Contudo, ela não desistiu de sua prática educacional voltada para a Educação Física coeducativa, que foi possibilitando a reflexão e o questionamento sobre as desigualdades entre os gêneros no dia a dia da escola. A autora adotou práticas que colocou os alunos e as alunas em um papel coeducativo que a hierarquização de gênero não assumisse o controle, nem a padronização dessas práticas como forma de separação que muitas vezes ela presenciou na escola. Suas possibilidades de ensino teve foco na construção de um pensamento mais igualitário e justo para ambos os gêneros, como a equidade.

Na dissertação da professora/pesquisadora Pollyana Freitas, apresentada no quadro 2, ela relata sua trajetória como uma mulher na capoeira e como ela está conectada neste mundo de empoderamento feminino. Na pesquisa, ela relata a

dificuldade das mulheres neste âmbito das lutas por serem consideradas “frágeis” e “delicadas”, sendo um ambiente restritivo e como a capoeira era marginalizada pelas autoridades até se tornar uma prática pedagógica da Educação Física.

Historicamente e socialmente, a capoeira foi uma prática excludente, segregativa, discriminatória e restritiva para as mulheres, sendo as mesmas excluídas e proibidas de praticar a modalidade. Apesar de muitas sempre transgredirem a essas normas e resistirem a ela. Isso ocorria devido a uma série de ideais machistas e preconceituosos que permearam e ainda permeiam a sociedade brasileira, em que as mulheres são vistas como "frágeis" e "delicadas" para se envolverem em atividades consideradas "violentas" e "masculinas" (Freitas, 2024, p. 46).

Contudo, para a autora, a mulher na capoeira abre portas para um futuro onde se possa refletir sobre as situações de preconceitos e discriminações que elas sofrem neste âmbito, desconstruindo conceitos e discursos misóginos. Pois seguir uma prática corporal que é socialmente masculina, é um ato de resistência e lutas das mulheres no decorrer dos anos em busca da igualdade e de seus direitos.

Em sua prática pedagógica, ela pôde observar alguns limites que é tentar trazer a unidade temática lutas para a sala de aula, como a falta de interesse por parte das meninas, explicado por elas o fato de não querer suar ou não gostar de fazer alguma prática corporal.

Esse tipo de comportamento, resistente para atividades físicas, é mais regular entre as meninas. Historicamente, elas são menos incentivadas a se exercitarem na mesma intensidade que os meninos. Enquanto eles costumam ganhar bola para jogar, as meninas ganham bonecas, reforçando a expectativa do cuidado e maternidade futura.

Enquanto docente, observamos algumas situações na prática pedagógica que evidenciam: diferenças de participação nas aulas de Educação Física entre meninas e meninos, falta de interesse de algumas meninas nas vivências da cultura corporal, sendo maior a participação entre os meninos e menor entre as meninas. A partir da escuta de depoimentos das meninas aparecem vários motivos, dentre eles: não suar, não gostar, não saber, estar no período menstrual, entre outros. Penso que as raízes dessa repulsa das meninas às práticas corporais, está nas oportunidades que foram oferecidas e/ou incentivadas, a elas, no meio em que vivem (Freitas, 2024, p. 50).

Mas isso é o reflexo de uma sociedade que demorou séculos de desigualdades e perseguições para conceder às mulheres o direito de serem livres perante a lei, no sentido de: acesso à educação, garantia ao voto, a práticas esportivas, a se divorciar e entre tantos outros. Pode parecer pouco, e é mesmo se for comparado aos direitos dos homens ao longo dos tempos, mas estamos começando a ocupar os lugares que queríamos chegar e habitar.

Para tanto, ambas as professoras/pesquisadoras Andréa Girão e Pollyana Freitas, fazem uma crítica a desigualdades de gênero, tanto na escola como na sociedade num todo, e que o gênero é uma construção social que está diretamente ligado com a hierarquização de poder entre homens e mulheres, além de afirmarem que a construção da nossa sociedade torna algumas práticas corporais masculina e outras femininas, colaborando para a desigualdade entre os gêneros e a exclusão dessas práticas por eles e por elas.

Enquanto possibilidade ao combate à desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física, a professora/pesquisadora Andréa Girão adotou a coeducação em suas práticas pedagógicas. Deixar apenas as aulas mistas não era a solução como um todo, pois os alunos e as alunas ainda mantinham um pensamento retrógrado, amparados na falta de consciência social e com resquícios de movimentos mais conservadores.

E a professora/pesquisadora Pollyana Freitas, enquanto possibilidade, adotou práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e que promoviam a igualdade nas suas aulas de Educação Física escolar. Ela entende que é preciso estar ativamente na desconstrução de estereótipos nas relações de gênero, trabalhando com problematizações e fazendo os alunos e as alunas questionarem as normas sociais a que estamos submetidos e submetidas trazendo para as suas aulas as histórias de mulheres capoeiristas que foram importantes neste meio.

Portanto, é fundamental adotar pedagogias que valorizem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades para todos e todas estudantes. É preciso trabalhar ativamente na desconstrução de estereótipos de gênero, tanto no conteúdo quanto nas relações interpessoais. Como também é imprescindível empoderá-los e emponderá-las para que possam questionar as normas sociais e fazer escolhas autônomas em relação às suas práticas corporais (Freitas, 2024, p. 52).

Ambas adotaram práticas que no primeiro momento podem parecer diferentes, mas que se comunicam entre si. Elas trabalharam em sala de aula o combate aos pensamentos estereotipados que as relações de gênero carregou e carrega até nos dias atuais com a unidade temática lutas. Seja com a capoeira ou com o muay thai, as professoras trouxeram a ressignificação das práticas corporais diante dos alunos e das alunas, evidenciando um novo movimento de questionar o mundo e como estamos nele.

Estando diante de duas autoras que acreditam em uma educação igualitária, sem a hierarquização das relações de gênero, nos fazem considerar que, futuramente, a desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física pode começar a diminuir. Elas manifestaram interesses em trazer para a sala de aula questões que podem mudar a forma de pensar daquele grupo beneficiados pelas práticas pedagógicas delas.

4.2 Perspectivas dos referenciais teóricos das dissertações

Para sustentar a sua prática pedagógica e seu desenvolvimento com as unidades temáticas, problematizações e tematizações, as professoras e os professores precisam se basear em artefatos acadêmicos para dar embasamento à sua prática educacional, tendo apoio de um referencial teórico, de uma visão de mundo e de escola. É importante ressaltar que a Educação Física se revela de maneiras diferentes e com propostas curriculares também diferentes. Aqui vamos analisar, mediante a leitura das dissertações, as perspectivas que as autoras, citadas no quadro 2, utilizam em suas práticas pedagógicas.

Ao analisar as dissertações das professoras/pesquisadoras Andréa Girão e Pollyana Freitas, percebe-se que elas adotaram as perspectivas de currículo crítico-superador e estudos de gênero de orientação pós-estruturalista. Essas bases epistemológicas pós-estruturalistas demonstram ser recorrentes em trabalhos acadêmicos que buscam defender a igualdade de gênero e a desconstrução de pensamentos machistas, retrógrados e estereotipados.

As perspectivas tradicionais de currículo sugerem muito mais a manutenção de papéis sociais e práticas de perpetuação de desigualdades. Essas perspectivas acreditam que turmas separadas por sexo é o certo, como ainda acontece em algumas escolas brasileiras, sobrando para as meninas algumas práticas corporais mais simples de se fazer ou com menos esforço físico.

Neste sentido, a professora/pesquisadora Andréa Girão traz para a sua dissertação uma perspectiva da coeducação em uma base epistemológica fundamentada em referenciais pós-estruturalista dos estudos de gênero, como ela explica no seu texto. Com isso, ela se baseia nos estudos coeducativos de Auad e Corsino, para a inspiração nas suas práticas pedagógicas que buscam implementar discussões sobre as relações de gênero na Educação Física escolar como estratégia para problematizar e enfrentar as desigualdades, promovendo as mesmas oportunidades pedagógicas de maneira intencional e planejada no cotidiano escolar.

O texto busca desconstruir as relações tradicionais de gênero, objetivando a igualdade e criticando a hierarquização do poder entre os gêneros, as quais por sua vez constituem a identidade dos sujeitos. Ela entende que as aulas de Educação Física precisam ser mistas e aplicando a coeducação, mas que não é o suficiente para extinguir as desigualdades entre os alunos e as alunas.

Uma observação pertinente é o fato de que esse estudo não tem o intuito de apresentar a coeducação como resolução para todos os problemas e desigualdades de gênero na escola. É preciso compreender que existe uma estrutura de extenso e profundo alcance na construção dessas relações. No entanto, ignorar as disparidades ou conformar-se com elas tampouco é uma opção adotada por mim, enquanto professora-pesquisadora. Desse modo, nessa luta árdua e, por vezes, injusta, a prática coeducativa se revela como uma forte aliada capaz de oportunizar progressos (Girão, 2025, p. 40-41) .

A coeducação para a professora/pesquisadora não é apenas reunir os alunos e as alunas no mesmo ambiente e deixá-los/las interagirem sem um sentido lógico e sem significado amplo e planejado. Para ela, é preciso refletir sobre as relações de gênero entre eles e elas, evidenciando os padrões patriarcais aparentes em seus pensamentos e em suas atitudes, revelando a percepção de superioridade que os meninos tinham, muitas vezes inconscientemente, sobre as meninas durante as aulas de Educação Física e até mesmo fora dela.

Nesse sentido, diante de uma sociedade construída e solidificada em desigualdades das mais variadas formas, tensionar o machismo, o sexismo, a misoginia, dentre outros dispositivos de opressão, torna-se indispensável. Entendo que a coeducação é um meio para tal. Por meio das problematizações, da estranheza ao que é “natural”, da ampliação das possibilidades de conteúdos e vivências, da atenção às pessoas historicamente escanteadas da Educação Física (em especial, as meninas, a população LGBTQIAPN+ e suas interseccionalidades), das desconstruções de binarismos e demais possibilidades de borrar fronteiras, a coeducação apresenta-se como uma abordagem importante para fomentar uma educação e uma Educação Física mais humana, democrática e justa para todos e todas (Girão, 2025, p. 40).

A autora trouxe para a sala de aula da turma do 3º ano do ensino médio essa problematização na unidade temática lutas e que, de início, não foi muito bem recebido pelos alunos e gerando interesse nas alunas. Foram 8 aulas previstas para as suas intervenções, mas que apenas 6 foram realizadas. 3 aulas com enfoque especial nas relações de gênero, desigualdade e defesa pessoal para as mulheres, no entanto esta última citada não aconteceu porque a turma resolveu fazer um “trote” que consistia em utilizar “vestimentas do gênero oposto”.

Porém, ainda que o objetivo das outras 5 aulas fossem em relação às lutas, historicidade e movimentos, ela deixou evidente aos alunos e as alunas que a ênfase de todas as aulas seriam voltadas nas questões de gêneros. A aula 7 não foi efetuada, pois já estava no momento das avaliações e a autora necessitou pular para a aula 8.

Em uma perspectiva crítica de currículo, a professora/pesquisadora Pollyana Freitas se baseou no empoderamento feminino na capoeira. Ela buscou trazer para suas aulas a compreensão do empoderamento não só no sentido poder, mas na transformação de uma sociedade mais justa e igualitária, além de que os educadores e as educadoras têm uma responsabilidade social quando se trata de equilibrar as relações de poder entre os gêneros.

No contexto da educação crítica, os educadores desempenham um papel fundamental ao ajudar as pessoas a desenvolverem suas habilidades e recursos, capacitando-os a obter poder por seus próprios esforços. Eles não têm o poder de dar poder às pessoas, mas podem fornecer as ferramentas e o apoio necessário para que elas se fortaleçam e se tornem agentes de mudança em suas vidas e comunidades (Freitas, 2024, p. 45).

A autora planejou um cronograma para a unidade didática com 14 aulas em 9 encontros na turma do 7º ano do ensino fundamental. Seu conteúdo e suas estratégias refletiram na pergunta “Quem pode praticar a capoeira?” trazendo para suas aulas história das mulheres capoeiristas e exibição do filme “Maré Capoeira”, além dos conteúdos da luta como movimentos, historicidade, musicalidade, rituais e a roda de capoeira.

Um destaque para os encontros 2, 3, 4 e 5 que tiveram as mesmas questões problematizadoras onde a professora sempre atentou para “Quem pode praticar a capoeira?”. É muito importante fazer os alunos e as alunas refletirem acerca do entendimento das práticas corporais que são consideradas masculinas, enfrentando os desafios de manejar as críticas em prol de uma sociedade igualitária que possa pregar o respeito e o desenvolvimento de atividades independente do gênero, valorizando quem as pratica e não somente a categoria praticada.

(..) precisamos considerar que, ao longo da história, as mulheres capoeiristas foram invisibilizadas e marginalizadas, tendo suas contribuições para a capoeira relegadas a um segundo plano. No entanto, nos últimos anos, temos observado um movimento crescente de resistência e empoderamento por parte das mulheres capoeiristas, que lutam por reconhecimento e espaço na capoeira. O que nos leva a refletir sobre a importância de incluir as mulheres como protagonistas na capoeira, uma prática cultural afro-brasileira que, por muito tempo, foi dominada por homens (Freitas, 2024, p. 67).

A professora-pesquisadora se fundamenta na perspectiva crítico-superadora, defendida pelo Coletivo de Autores no livro intitulado “Metodologia do Ensino da Educação Física”, obra de extrema importância para a área, superando uma visão tradicional dos conteúdos da Educação Física, questionando a repetição de movimentos considerados técnicos, pois essa perspectiva busca promover a reflexão crítica sobre o contexto dos/as estudantes, incentivando os alunos e as alunas a contestarem a realidade na qual estão inserido/a, para que eles e elas entendam a relevância de sua origem ao ponto de conseguirem transformar a realidade.

É interessante destacar que a perspectiva crítica da Educação Física também defende a coeducação como estratégia para um ambiente escolar baseado na igualdade de gênero. Ou seja, a coeducação acaba sendo um princípio nos currículos críticos e pós-críticos da Educação Física. Ela vai levar para a sala de aula a conscientização crítica dos alunos e das alunas de modo a desconstruir estereótipos que permeiam a desigualdade de gênero, além de refletir significados existentes e ressignificando-os para promover a transformação social.

A questão de gênero é um dos princípios que requer maior atenção dos professores ao ensinar as lutas. Devemos nos esforçar para modificar a ideia, culturalmente construída, de que meninas não podem lutar. É claro que isso não é uma tarefa fácil e vai requerer diferentes estratégias, como a coeducação, na qual os alunos trabalham juntos em pares de ensino e aprendizagem, ou seja, meninos e meninas vivenciando as lutas juntos. O professor poderá modificar as atividades e dividir os alunos de diferentes formas como por tamanho, idade e inclusive sexo, se achar oportuno, mas é fundamental que alunos e alunas lutem também juntos e discutam a importância de se viver juntos em sociedade (González; Darido; Oliveira, 2014, p. 31).

A autora baseia suas práticas pedagógicas na perspectiva crítico-superadora, localizando as relações de gênero como um tema transversal da Educação Física. E, apesar dela não citar diretamente, a coeducação está implícita nas suas intervenções apresentadas na dissertação a partir do momento que ela implementa uma educação igualitária para ambos os gêneros, independente das ocorrências do dia a dia da escola, promovendo as mesmas oportunidades pedagógicas, como tematizar e problematizar as relações de gênero de uma maneira intencional e planejada.

4.3 Produtos educacionais

O ProEF tem como objetivo ações práticas educacionais, sendo assim somente os professores e as professoras que já atuam na rede pública de ensino podem participar deste mestrado. Para tanto, no ProEF, além da dissertação, focaliza também no produto educacional que servirá posteriormente para as práticas educacionais de outros/as docentes. Esse produto educacional pode ser: livros, sequências didáticas, cartilhas, vídeos, entre outros.

A professora-pesquisadora Andréa Girão, para o seu produto educacional, elaborou uma cartilha informativa com 22 páginas sobre o conceito de coeducação, sugestões para a abordagem coeducativa, indicações de materiais didáticos como vídeos, artigos e livros, além dos planos de aula utilizados em suas intervenções. Para encontrar esse produto educacional, basta acessar a página 198 de sua dissertação, onde haverá um QR code e o link (https://drive.google.com/file/d/1mUmrwJmP9EgHi31_JJ7VCQaIPYJHfdJ1/view?usp=drive) que levará ao produto educacional da professora/pesquisadora Andréa Girão.

Figura 1 - Apresentação do produto educacional

Apresentação

Este material pedagógico é um recurso educacional fruto da pesquisa de mestrado intitulada *“Tudo que tem mulher é uma luta”: intervenção coeducativa com a unidade temática lutas na Educação Física escolar em uma turma de ensino médio*. Esse trabalho foi apresentado junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional - ProEF, no polo da Universidade Federal do Ceará. O estudo teve como mote os enfrentamentos vividos por mim, enquanto mulher, professora e feminista, que levaram ao interesse de investigar as questões de gênero em minha própria prática pedagógica. Essa pesquisa teve como principal objetivo problematizar as desigualdades de gênero presentes nas aulas de Educação Física escolar e propor caminhos para seu enfrentamento a partir de uma abordagem coeducativa, tendo como conteúdo as lutas e o *muay thai* como manifestações da cultura corporal.

Esse instrumento propõe-se a apresentar aos professores e professoras de Educação Física o conceito de coeducação, bem como suas implicações e potencialidades no contexto escolar. A coeducação aqui é compreendida não apenas como a presença conjunta de meninos e meninas nas aulas, mas como uma prática pedagógica que busca questionar e desconstruir as hierarquias de gênero, historicamente, naturalizadas na Educação Física.

Portanto, essa produção é um convite aos professores/professoras a trabalharem a coeducação como um instrumento pedagógico que visa possibilitar a reflexão crítica sobre as práticas cotidianas da Educação Física escolar e assim contribuir na sensibilidade do olhar para um melhor enfrentamento desses problemas. Trata-se de um material que busca fornecer subsídios para que os/as docentes possam incorporar, em qualquer conteúdo, uma perspectiva comprometida com a equidade de gênero. Acreditamos que é possível transformar a aula de Educação Física em um espaço de diálogo, justiça e inclusão para todos e todas.

“Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar”.

Paulo Freire

Elaboração: Professora Ma. Andréa Lima Girão
Orientação: Professor Dr. Luciano Nascimento Corsino

Fonte: Andréa Girão

Esse material em questão foi muito bem elaborado, contendo elementos visuais para boa identificação e visualização de seu conteúdo, além de estar bonito visualmente, ele também é assegurado por uma linguagem de fácil entendimento e como está disponível em PDF, se torna de fácil acesso para vários dispositivos eletrônicos como celular e computador.

A primeira parte da cartilha faz uma apresentação da dissertação que deu origem a este Produto Educacional e do ProEF, além de explicar o sentido pedagógico deste instrumento, onde faz um convite aos professores e as professoras a trabalharem a coeducação em suas turmas de Educação Física. Ela também aponta três objetivos que visa alcançar com este recurso, como compreender as relações de gênero, apresentar a coeducação e incentivar a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Depois ela apresenta uma explicação sobre a naturalização das desigualdades de gênero na sociedade e na Educação Física escolar no sentido do uso da linguagem nas aulas, na invisibilização da participação das meninas nas práticas corporais, na escolha de equipes lideradas por meninos, estigmatização de certos conteúdos, ocupação de espaços, regras adaptadas para meninas, autoexclusão e vergonha.

Ela explica como a coeducação pode ser entendida e compartilha os resultados de sua pesquisa da dissertação, retrata que a coeducação não depende apenas dos/das docentes para ser inserido no contexto escolar e, por fim, faz algumas sugestões para uma possível abordagem com enfoque em uma Educação Física escolar com mais igualdade entre os gêneros.

Os planos de aulas que ela utilizou nas intervenções para a pesquisa da dissertação, fazem parte do recurso educacional. Ela disponibilizou um link a parte dentro do próprio cartilha que direciona a um PDF com os 8 planos de aulas da unidade temática lutas com enfoque nas abordagens coeducativas nas atividades de muay thai.

Este Produto Educacional, que foi um resultado direto da pesquisa feita pela professora Andréa, alcançou um nível significativo de utilidade ao se tornar um

trabalho prático e aplicável ao ambiente educacional, pois além de fornecer os planos de aula, ela também explicou e detalhou as conexões dos conteúdos da cartilha com a prática educacional. De fato é um produto completo, fácil e didático para todos os professores e todas as professoras utilizarem em suas aulas.

Como resultado da dissertação da professora/pesquisadora Pollyana Freitas, seu Produto Educacional foi uma sequência pedagógica do ensino da capoeira para a turma do 7º ano do ensino fundamental, voltado para professores e professoras. Ela menciona que o produto encontra-se em formato PDF disponível para o acesso, no entanto em nenhuma parte da dissertação encontramos um link ou algum redirecionamento que pudesse chegar ao documento. Foi pesquisado também no repositório do ProEF da UPE, porém nada foi encontrado. Além disso, foi enviado um e-mail para ela pedindo o seu produto educacional e até o momento não obtivemos um retorno.

No entanto, em sua dissertação, ela deixou um plano de unidade didática no apêndice D, que pode ser utilizado como referência para a sequência pedagógica que não encontramos. Esse plano de unidade didática se organiza em conteúdos da capoeira, como historicidade, musicalidade, gestos e rituais. Seus objetivos se além a identificar os elementos que compõem o universo da capoeira, problematizações de preconceitos e estereótipos relacionados a esta prática. Para além disso, não foram citadas as relações de gênero, desigualdades, relações de poder ou hierarquização de gênero neste plano de unidade.

A autora disponibilizou também um cronograma de aulas da unidade temática, na figura 1, que pudemos observar um pouco mais detalhado os conteúdos de cada uma das 14 aulas. Neste cronograma, identificamos assuntos que remetem a problematização das relações de gênero em sala de aula, como a pergunta norteadora que ela utilizou em 4 encontros das suas intervenções “quem pode praticar a capoeira?” e trouxe para outra aula história de mulheres capoeiristas.

Fica evidente a dificuldade de encontrar informações sobre seu Produto Educacional, apesar disso, notamos uma dissertação focada em evidenciar as mulheres no meio de uma prática considerada masculina em forma de

empoderamento, incentivando as suas alunas, valorizando a diversidade que possam provar que a igualdade é o caminho certo e que as mulheres podem sim fazer parte deste universo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sublinhou uma aproximação da coeducativa com a Educação Física escolar, efetivando um interesse investigativo sobre a unidade temática lutas em relação às questões de gênero. Os autores principais para a fundamentação teórica desta monografia foram Daniela Auad, Luciano Corsino e Marcos Neira, onde se manteve uma conexão de uma Educação Física para todos e todas independente do gênero. Além disso, foi utilizado a BNCC como referência sobre os conteúdos educacionais para os professores e as professoras no quesito norteador de suas práticas pedagógicas.

Para tanto, buscamos analisar dissertações que mantivessem uma conexão com as relações de gênero na unidade temática lutas na Educação Física Escolar, sendo assim, procuramos as pesquisas relacionadas a este tema no repositório das universidades que fazem parte do ProEF com o intuito de identificar e analisar os referenciais teóricos que sustentam as produções científicas sobre lutas e relações de gênero na Educação Física escolar, reconhecer e investigar os seus problemas de pesquisa e explicar os recursos educacionais produzidos pelas autoras como resultado de suas dissertações do ProEF.

Durante a pesquisa nos repositórios, foram encontradas dificuldades em alguns dos sites disponibilizados pelas universidades que fazem parte do ProEF, como falta de barra de pesquisa e difícil entendimento de acesso. No entanto, nem todos apresentaram problemas ou empecilhos durante as investigações das dissertações, onde foram encontrados 12 possíveis resultados, mas apenas 2 apresentaram conteúdos satisfatórios.

Ao analisar com mais detalhes as 2 dissertações, foi concluído que os estudos críticos e pós-críticos fizeram parte de seus referenciais teóricos, onde foi

possível problematizar as questões de desigualdades de gênero não só na escola, mas na sociedade através da unidade temática lutas com o uso da capoeira e a outra com o muay thai, que são práticas corporais voltadas para o público masculino de acordo com o senso comum.

Uma das professoras-pesquisadoras trouxe em sua dissertação autores e autoras de perspectiva crítica e a outra se fundamentou em referenciais com inspirações nos estudos de gênero pós-estruturalista para evidenciar que as práticas corporais, independente do gênero, são para todos e todas. Elas explicaram suas dificuldades durante suas intervenções e as possibilidades que essas práticas trouxeram, além de incentivar o empoderamento para as alunas.

Seus recursos educacionais fizeram conexão com as abordagens que elas fizeram em sala de aula, apesar de um desses recursos não ficar evidente para o acesso facilitado dos professores e das professoras que se interessarem nesta produção, contudo o outro exalou praticidade e cuidado com o entendimento de quem irá ler e procurá-lo, além de ficar disponível em PDF na própria dissertação, seu acesso foi fácil e rápido.

Entendemos que ao analisar apenas duas dissertações do ProEF não vai contemplar a realidade total das escolas brasileiras acerca das relações de gênero na unidade temática lutas e suas implicações nas aulas de Educação Física escolar. Sabemos que todos os professores e todas as professoras adotam maneiras diferentes de ensinar e lidar com a diversidade em sala de aula, e por isso não vamos definir esta pesquisa como um consenso geral desta temática.

Todavia, esta pesquisa é importante para analisarmos as dissertações que estão trabalhando estas questões no ProEF. Frisando a necessidade de investigar como as professoras-pesquisadoras, citadas no quadro 2, estão lidando com essas temáticas em sala de aula e como suas pesquisas foram importante para o desenvolvimento de materiais que podem ajudar outros/as docentes a começar suas práticas problematizando as relações de gênero e as desigualdades que se apoiam ainda em pensamentos ultrapassados e preconceituosos.

Para tanto, acreditamos que uma Educação Física fundamentada na coeducação seja necessária para uma sociedade mais consciente de seus atos, apesar de estarmos distante de um envolvimento coletivo para que isso se concretize. Mas para haver desenvolvimento de uma sociedade com ideias igualitárias, esse já é o começo de um novo mundo, mesmo que não seja um consenso.

Diante das inúmeras dificuldades que podemos encontrar durante nossos momentos de docência, é fundamental argumentar a favor daquilo em que acreditamos e sermos valentes para lutar e enfrentar essas condutas impregnadas em uma sociedade machista e conservadora. Além disso, é essencial, como professora, o comprometimento com a educação e seus envolvidos, o educador e a educadora não pode fazer milagres, mas pode mostrar os melhores caminhos para um sociedade democrática, justa e igualitária.

Esta pesquisa me levou ao descobrimento de uma prática educativa que eu irei levar para a sala de aula e ao ambiente escolar como um todo, essa forma de conscientizar meus e minhas futuros/as alunos e alunas a respeito das relações de gênero e como a mulher pode estar aonde ela quiser. Me fez entender e perceber, também, que a coeducação é fundamental no processo de ensino e aprendizagem diante de uma comunidade escolar envolvida em uma sociedade que persiste em disseminar pensamentos ultrapassados e estereotipados que permeiam a história brasileira..

A Educação Física com princípios coeducativos vai trazer uma perspectiva igualitária e justa para os alunos e as alunas de uma maneira que não é apenas ao misturá-los em sala de aula sem um planejamento e uma organização, mas fazendo eles e elas entenderem que as práticas corporais, independente de qual seja, podem ser praticadas por todos e todas sem discriminação e sem preconceitos. Além de criar e inserir no cotidiano escolar comportamentos mais inclusivos entre eles e elas, sem um papel fixo para cada gênero, nas atividades simples e complexas que permeiam as aulas, promovendo as mesmas oportunidades pedagógicas de maneira intencional e planejada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. P. **Intervenções pedagógicas na temática de gênero: uma análise das aprendizagens nas aulas de educação física**/ Leylane Pereira de Andrade. – Recife, 2020.

AUAD, D. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2018.

BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física.** Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

CASTRO, A. A. **Diversidade de gênero, etnia e raça na escola: uma possibilidade pedagógica para a Educação Física** / Amanda Alcure Castro. – 2023.

CERATTI, V. S. D. **Corpos, gêneros e diferenças: a literatura brasileira enquanto recurso didático-pedagógico nas aulas de educação física infantil** / Viviane da Silva Dias Ceratti. – Ijuí, 2020.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

CORSINO, L. N.; AUAD, D. O professor diante das relações de gênero na educação física escolar. – São Paulo: **Cortez**, 2017.

ESTEVES, M. C. L. **Gênero e sexualidade nas aulas de educação física: formação e percepção docente** / Maria Carolina Lopes Esteves. – Jequié, 2024.

FREITAS, P. C. M. **O ensino de capoeira nas aulas de Educação Física:** possibilidades para o empoderamento das mulheres / Pollyana Cláudia Machado de Freitas. – Recife, 2024.

GIRÃO, A. L. **“Tudo que tem mulher é uma luta”:** intervenção coeducativa com a unidade temática lutas na Educação Física escolar em uma turma do ensino médio/ Andréa Lima Girão. – Fortaleza, 2025.

GONZÁLEZ, F. J.; DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. Lutas, Capoeira e Práticas Corporais de Aventura. Maringá: **Eduem**, 2014, p. 31.

GPEF. **Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar.** Disponível em: <<https://www.gpef.fe.usp.br/>>. Acesso em: 25 out. 2025.

LEITE, L. C. S. **Educação Física como espaço de formação emancipada feminina:** diálogos entre Kollontai, Luxemburgo, Krupskaya e a metodologia crítico-superadora / Luciana Cristina Sousa Leite. - 2025.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: vozes, 2001.

NEIRA, M. G.; Nunes, M. L. F. Pedagogia da cultura corporal. 2ª ed. São Paulo: **Phorte**, 2014.

NEPOMUCENO, E. A. **A desnaturalização dos marcadores de gênero das práticas corporais em aulas de educação física escolar** / Ednara Araújo Nepomuceno. – 2023.

OLIVEIRA, P. B. **Dominação Masculina na Educação Física escolar** / Patrícia Barbosa de Oliveira. – 2025.

SILVA, A. A. S. **Generificação e educação física escolar: diálogos sobre masculinidades** / Aline Aparecida Santana da Silva. – Bauru, 2025.

SILVA, G. M. **O lugar e o não-lugar das meninas nas aulas de educação física: relações de gênero e obstáculos culturais** / Gilvan Moreira da Silva. – Maringá, 2020.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. 4^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOUSA, M. R. **Evasão de alunas na educação física no ensino médio: problemática que envolve presença não participação nas práticas corporais** / Marilene Rodrigues de Sousa. – Teresina, 2025.

SOUZA JÚNIOR, M. B. M.; MELO, M. S. T.; SANTIAGO, M. E. Análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 31-49, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115316960003>>. Acesso em: 6 nov. 2025.

UNESP. **ProEF**: Apresentação do Programa. Disponível em: <<https://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/-educacao-fisica/>>. Acesso em: 18 out. 2025.